

ANO 7 - EDIÇÃO 1 - SETEMBRO DE 2019

LAB^{F5}

LABORATÓRIO EXPERIMENTAL DE JORNALISMO EM REDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS



Povos indígenas resistem!

Em ano dedicado as línguas indígenas, os povos tradicionais enfrentam diversas ameaças contra seus costumes, mas mostram formas de contornar esses problemas

Eu, índio?!

Após 500 anos, como anda a representatividade?

A luta pela garantia dos direitos dos povos indígenas envolve quesitos socioambientais e humanitários que precisam ser discutidos de maneira interdisciplinar por todas as esferas do conhecimento para que possamos mobilizar a sociedade como um todo.

De acordo com o site <https://pib.socioambiental.org>, em uma matéria especial de 5 de abril de 2018, sobre o Abril Indígena, o México foi o primeiro país a organizar, em 1940, o I Congresso Indigenista Americano (Convenção de Patzcuaro), com o objetivo de discutir políticas públicas para os índios americanos.

No Brasil um evento semelhante a esse surgiu em 1970, com objetivo de pautar a proteção de terras em relação às políticas expansionistas da ditadura militar. E só a partir da década de 1980, após a eleição do primeiro deputado federal indígena, Mário Dzuruna Butsé, o Mario Juruna, eleito pelo Partido Democrático Trabalhista pelo Estado do Rio de Janeiro, a pauta indígena se fez mais presente no Congresso Nacional.

Em 2002 a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) uniu a voz da população indígena em geral. A causa principal dos povos indígenas atualmente é a conservação e delimitação de áreas indígenas, ou seja, continua sendo a terra. E podemos abordar dentro desse contexto: a educação, sociedade diferenciada, o respeito, o reconhecimento de sua cultura, os projetos socioeconômicos destinados às várias etnias e claro, às áreas de preservação e fiscalização do cumprimento de leis já sancionadas.

Não se pode ignorar a bancada ruralista no Congresso Nacional. Seria “desrespeitoso” com a história desses parlamentares imaginar que eles atuariam em defesa de objetivos altruístas e humanitários que favoreçam os povos originários. O projeto de lei que tira do Executivo o poder de demarcar as terras indígenas e repassa essa atribuição ao Legislativo enterra a causa dos povos indígenas e a possibilidade do artigo 231 ser posto em prática.

Os povos originários poderiam nos ajudar a construir sim, uma sociedade que pudesse conjugar sofisticação tecnológica com sabedoria ancestral e ensinar equidade social - e ao mesmo tempo nos levar a reconstruir antigos elos de ligação do homem com a Natureza e as dimensões mais profundas de seu próprio ser.

É inadmissível que o país olhe para essa questão apenas como um conflito entre os índios e os proprietários rurais. O que está em disputa é um projeto de sociedade, no qual esteja assegurado o direito de existência, social e cultural, dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, camponesas e de pescadores. Essa conquista exigirá ainda muitas lutas.

LAB^{F5}

Editora Chefe - Impresso:
Ivânia Vieira

Editora Chefe - Online:
Mirna Feitoza

Diagramação:
Lucas dos Santos, Walter Franco

Supervisão gráfica
Wilson Martins

Repórteres:
Alessandra Aranha,
Alice Almeida,
Andréia Carvalho, Ayrton Paiva,
Ayrton Senna,
Carlos William,
Clara Toledo,
Daniel Brito,
Dalva Caroline Lins,
Déborah Arruda,
Diovana Rodrigues,
Fabian Oliveira,
Franciane Silva,
Gabriela Alves,
João Felipe Ferreira,
Juliano Santiago,
Kevin Moraes,
Klinger Pinheiro,
Larissa Lara,
Lucas Silva,
Nicolly Ambrozio,
Oberdan Angelim,
Roberta Rarissa,
Victoria Cavalcante,
Yolanda Bento

Convidados:
Yura Ni-Nawano Marubo



UFAM

Este trabalho final é parte das disciplinas:
“Redação Jornalística I” e Oficina de Jornal Impresso e Webjornal”, do 5º período de Comunicação Social - Jornalismo da Ufam

“Minha Luta é lutar, onde vou parar não importa, o que importa é lutar”

Sebastião Salgado

As questões indígenas vão muito além das comemorações do dia do índio, onde são lembrados apenas com suas penas, arcos e flechas e cocares. Os desafios que estes povos veem enfrentando desde a invasão no ano de 1500, não cessaram. Mudaram apenas os atores, mas os problemas persistem. Todavia os índios de hoje são bem diferentes, uma vez que estão logrando êxito, na conquista de espaços para contar suas histórias alegres e tristes e em muitas vezes aterrorizantes, meio este alcançado através da educação.

Neste sentido defendo a educação como o único caminho para transformar o pensamento dos homens brancos, e que em algum dia da nossa história possamos viver em harmonia com estes povos tão frágeis em toda sua cosmologia. O Brasil é continental, e temos parentes de Norte a Sul do país, e que enfrentam as piores mazelas devido ao sistema inerte em toda sua composição, e que por séculos, esqueceram seus verdadeiros filhos.

Hoje somos invisíveis por toda a sociedade, e uma sociedade que não conhece seus índios não pode defendê-los, fazendo com que estes povos fiquem isolados e a mercê da própria sorte neste mundo tão contemporâneo e globalizado.

Por outro lado, podemos dizer com todas as letras, nós ainda estamos aqui vivos, resistindo e protegendo nossos costumes, hábitos, culturas, nossa ancestralidade, nossa língua, nosso modo de ver e viver, não se submetendo a vontade do mundo ocidental.

Nossas lideranças, muitos deles jovens, estão de prontidão, doando suas vidas para que as gerações fu-



turas possam desfrutar deste mundo, para que possam ver e usufruir o que as gerações passadas e do presente veem. Assim como combater os crimes hediondos que se alastra Brasil afora.

Nós somos a esperança de que dias piores não aconteçam, que dias ruins sejam evitados, que nossa gente não nos deixe, simplesmente por ser um índio, mas que seja natural, assim como nosso grande senhor nos nomeou.

Para finalizar, digo, que o homem só serve para viver entre as diferentes nações, quando eles se respeitam, convivem de forma harmoniosa, não porque usam roupas, mas porque são seres humanos, pertencentes a um único ser.



Yura Ní-Nawano Marubo

Ativista indígena da etnia Marubo, acadêmico finalista do curso de Direito, convidado especial para essa edição. (BIO)

O que é ser indígena no Brasil?

POR ALESSANDRA ARANHA

Em maio do corrente ano, o Papa Francisco recebeu uma de nossas maiores personalidades, o líder indígena Raoni, importante ativista em defesa da Amazônia, em audiência reservada. Dentre as pautas discutidas pelo brasileiro e o Pontífice, foram às mudanças climáticas, preservação ambiental e principalmente a preservação dos direitos dos povos indígenas. O brasileiro marchou com jovens em favor do clima e fora recepcionado por chefes de Estado durante sua visita a Europa. Se autoridades na Europa deram atenção e importância ao tão nobre clamor, o que nós sociedade brasileira temos feito por essa causa que deveria ser tão nossa? Pois os povos indígenas não são uma parte do Brasil. É o próprio país em uma de suas muitas versões culturais, de fato a mais rica e original em sua representatividade.

Então quais as preocupações indígenas atualmente?

Em 25 de abril de 2017, em Brasília ocorreu uma marcha em frente a Esplanada dos Ministérios, onde grupos indígenas carregavam caixões, arcos e flechas em protesto contra os vários as-

sassinatos de líderes indígenas em conflito por terra. E até a presente data ainda persistem as lutas por essas razões.

Em Manaus saímos para perguntar aos jovens universitários de diversas áreas do conhecimento, profissionais em educação e ativistas indígenas o que sabem a respeito do tema e o que pensam sobre o assunto abordado. Ou se de fato o que sabemos, é apenas o que de vez em quando damos importância nos noticiários, quando há repercussão internacional. Uma das principais preocupações abordadas foram:

- A paralisação das demarcações de terras ocorridas em 2016 até agora, aguardando homologação do Governo.

- O enfraquecimento das Instituições públicas para este fim, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que teve cortes de unidades, restrições de atuação e cortes de pessoal. E o cerceamento dos Direitos e garantias individuais e culturais dos povos indígenas.

O direito à terra por parte dos indígenas está previsto na Constituição de 1988 e regulamentado

por um decreto de 1996 que estipula o rito da demarcação. Esse rito foi questionado e discutido em 2017, exige-se o reconhecimento de uma identidade cultural. Com o decorrer dos anos, a cultura indígena em nosso país tem sofrido várias intervenções do branco, o que gera questionamentos sobre o que é ser índio.

Então perguntamos a opinião das pessoas diante do que mostramos na mídia e os desafios enfrentados pelos povos indígenas:

“Acho que existe muita desinformação da população, que não conhece, realmente, a causa indígena. Também existe um certo descaso do governo. Eu creio que, principalmente, agora, com essas mudanças de estrutura do governo, sobre a FUNAI, a gente tem uma série de questões que estão sendo deixadas de lado. Demarcações de terra, por exemplo, que é um ponto muito importante. Eles já estavam aqui antes de todos nós. O homem branco chegou e estabeleceu fronteira que nunca existiu. Chegou para colonizar, não se importando com as culturas que já existiam ali. Achando que a visão eurocêntrica é superior a uma outra cultura que existe.”

Diego Viana, 33 anos. Estudante de Biblioteconomia - UFAM.

“Difícilmente, eu vejo na mídia reivindicações de indígenas que, por exemplo, procuram um empreendedorismo indígena, voltado para pesca e para o minério. Essas pautas eu vejo que é minoria entre a população indígena. O primeiro ponto é como se dá as relações



SENSO COMUM NA OPINIÃO PÚBLICA

Segundo Pedro Cesarino, professor de antropologia da USP, em entrevista a uma revista científica especializada, “Culturas Múltiplas versus Monocultura”. Lugar Comum (UFRJ - 2008), explica que o senso comum desconhece a noção de cultura, que é um processo contínuo de transformação. Toda cultura é por definição aculturada, isto é, resultado de um processo contínuo de apropriação de conhecimentos e práticas alheias.

O senso comum pode até se dar conta de que tal processo acontece com a sociedade brasileira. A ótica colonialista corrente imagina que índios são espécimes de museus, que devem permanecer sempre congelados para quem sabe, merecerem os seus direitos. Esquece-se assim de que os índios são pessoas reais, dotadas de tradições dinâmicas que, assim como outras tantas, são sempre traduções.

Quanto a nós, sociedade, precisamos responder a nós mesmos que ser índio no Brasil ainda será uma luta de grande nobreza, pois todos têm direito a ter direitos, sejam grandes ou pequenos, maiores ou minorias. Todos devem possuir sim, aquilo que é seu por herança e cuidado natural.

socialis. O hibridismo cultural, ou seja, a partir do momento em que nós nos aproximamos deles economicamente, eles podem trazer a cultura deles, isso não impede. Existem aldeias que estão em cima de fortunas de minério. Eles podem interferir nisso, explorar, dentro do limite da lei ambiental.”

Jéssica Fontinele, 23 anos Estudante de Licenciatura em História - UFAM

“Esse empreendedorismo dos indígenas seria uma forma de integrar eles à sociedade, como trabalhadores, em vez deles ficarem afastados. Eles têm a cultura deles, mas, porque não se integram à sociedade? Mais do que de forma social, de forma econômica.”

Pedro Peixoto, 20 anos. (Etnia Apixana).
Estudante de Licenciatura em História - UFAM

“O que eu vejo, na internet, sobre as pessoas exigirem os direitos das terras delas, é muito referente a cultura delas. Se tiram a terra deles [indígenas], eles também perdem a cultura deles, e isso faz parte deles. Eles têm o direito de lutar por aquilo que acreditam.”

Maria Eduarda, 20 anos. Estudante de Design - UFAM

“Na minha opinião, o indígena deveria ter a liberdade para explorar a terra dele, claro, dentro dos limites ambientais, e para ter autonomia desse próprio dinheiro que ele vai conseguir, para ele poder investir onde ele quisesse, principalmente, nas melhorias das próprias aldeias.”

Leandro Alves Mendes, 20 anos. Estudante de Licenciatura em História - UFAM

NO MUNDO PELO DIREITO DE ser indígena

Mais ameaçada do que nunca, a garantia de direitos dos povos indígenas é fruto de lutas travadas por séculos pelos povos e líderes indígenas que ocupam a arena do mundo nessas batalhas

POR DANIEL BRITO E LUCAS SILVA

No Brasil, de acordo com um censo de 2010 do IBGE, existem cerca de 900 mil indígenas auto-declarados, uma população que carrega a história de seus antepassados e luta durante o dia a dia para manter seus costumes, suas terras e, sobretudo, sua existência. Para que essas reivindicações ganhem força e legitimidade, foi, e é necessária até os dias atuais, a presença de lideranças do movimento indígena, pessoas que tenham a capacidade de levar a mensagem de seus povos ao mundo e, assim, chamar atenção para uma causa que sofre cada vez mais com ataques por parte do Estado.

A Declaração dos Povos Indígenas da ONU, aprovada em 2007, abrange as reivindicações desses povos ao redor do mundo, servindo como base legal para a garantia desses direitos. Entretanto, líderes brasileiros afirmam existir um descaso por parte do governo no que diz respeito à luta indígena.

Para Rosimere Arapaco, coordenadora da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas (MAKIRA-ÊTA), a conjuntura

política atual desrespeita, em todas as instâncias, os pontos que foram acordados nos anos anteriores, transmitindo insegurança quanto aos direitos garantidos através das leis internacionais.

Rosimere demonstra a insatisfação que a grande maioria das lideranças indígenas do Brasil têm sentido com discursos e ameaças que surgiram com a mudança de governo no país. Assumidamente contra a demarcação de terras, o presidente Jair Bolsonaro já prometeu, através de sua equipe, não ceder um centímetro a mais para serem demarcados. A preocupação maior se dá com a constante ameaça de perder as terras já conquistadas.

Além das terras, direitos fundamentais, com o acesso a saúde, causa inquietação na população indígena. Após recuar da decisão de extinguir a Secretária Nacional de Saúde Indígena (Sesai), o governo publicou um decreto no dia 31 de maio onde cargos e departamentos do órgão deixaram de existir. Apesar da promessa de continuar com o trabalho no Ministério da Saúde, a

“(...) ela (conjuntura política atual) praticamente vem detonando tudo isso. Ela não respeita, não consegue fazer nada acordado nos anos interiores. Então isso nos transmite uma grande insegurança quanto aos direitos garantidos através das leis internacionais. Não é respeitado em nenhuma instância.”

Rosimere Arapaco

mudança aglomerou muitas causas no mesmo, tirando poder de efetividade.

Os direitos indígenas sempre foram um exemplo de descaso no mundo, ainda mais em nosso país. Durante as últimas décadas, muitos deles foram sendo conquistados graças ao grande trabalho de índios oriundos de tribos no Brasil, que com muito esforço espalharam suas mensagens em países estrangeiros. Por isso, destacamos o trabalho de dois lí-



Thomas Samson/AFP

O encontro de Raoni e Emmanuel Macron reafirmam a boa relação do líder indígena e o governo francês

deres que ganharam grande notoriedade: Raoni Metuktire e Ailton Krenak.

RAONI METUKTIRE

Raoni Metuktire é um líder indígena da etnia Caiapó. Nascido no ano de 1930, Raoni tem sua trajetória marcada pela forte luta nas causas em prol não só das tribos indígenas como do meio ambiente que acabam sendo sinônimos em muitos momentos. Nascido em Mato Grosso, aprendeu a língua portuguesa em 1954, quatro anos após ter contato com o então presidente Juscelino Kubitschek. Dez anos depois, em 64, encontrou-se com o Rei Leopoldo III da Bélgica, ainda no Mato Grosso.

Sua primeira aparição internacional se deu quando foi tema principal do documentário homônimo Raoni, dirigido pelo cineasta belga Jean-Pierre Dutilleux e Luiz Carlos Saldanha. As proporções do documentário se deram, principalmente, pelo fato de ter o ator Marlon Brando, que estava a viver o auge de sua carreira, como narrador do longa.

Em 1987, Raoni teve sua fama espalhada em todo o mundo. Após um encontro com o

cantor Sting, no Parque Indígena do Xingu, Raoni participou com ele de uma conferência de imprensa em São Paulo em 1988, durante a turnê HumanRights-Now!, evento organizado pela Anistia Internacional. A turnê com Sting fez com que Raoni conseguisse espalhar suas mensagens em 17 países.

Uma das lutas propagadas por Raoni ao redor do mundo foi a criação de um Parque Nacional na região do Rio Xingu. O resultado foi a criação de doze fundações Floresta Verde pelo mundo, arrecadando fundos e conseguindo a homologação, em 1993, para a criação do parque. Durante a mesma campanha pelos países, a luta de Raoni resultou no desbloqueio de fundos para demarcação de terras indígenas brasileiras.

Os resultados das mobilizações se deram, principalmente, pela sensibilização que o discurso de Raoni alcançou grandes líderes mundiais. Começando pela França, com o presidente (1981-1995) François Mitterrand apoiando sua iniciativa. Desde então, Raoni mantém boas relações com os líderes políticos franceses, que o admiram e lhe dão

voz e suporte sempre que necessário. No dia 17 de maio, encontrou o presidente francês Emmanuel Macron na tentativa de manter salva a reserva do Xingu. Macron apresentou o projeto do governo francês de sediar uma cúpula internacional dos povos indígenas no próximo ano.

Raoni também ganhou grande admiração e respeito do Papa João Paulo II. O líder Caiapó tem uma boa relação com o Vaticano até os dias atuais, tendo, inclusive, encontrado o Papa Francisco também neste mês de maio.

Em todos esses encontros, o objetivo de Raoni é usar de sua influência e diplomacia para chamar atenção ao descaso sofrido pelos índios brasileiros por parte do governo, além da tentativa de angariar fundos para a proteção das reservas indígenas, sobretudo no Xingu, região onde Raoni tem maior identificação.

AILTON KRENAK

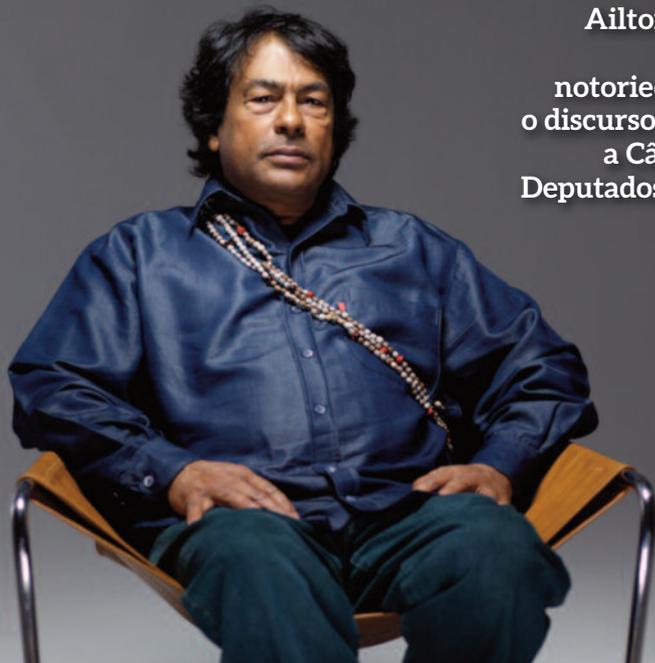
Com o rosto coberto de tinta preta e entoando um discurso comovente, Ailton Krenak chamou a atenção de todos em uma sessão da Assembleia Constituinte, em 1987. A tinta preta representava o luto, símbolo de sua tribo krenak, as palavras representavam a indignação com a conjuntura política da época que indicava um retrocesso das lutas indígenas. Após reivindicações, Krenak, ao lado de outras lideranças, fez com que os direitos indígenas fossem assegurados na Constituição de 1988, através dos artigos 231 e 232.

Esse episódio marcou a trajetória de Ailton Krenak, mas não resume todos seus feitos durante as décadas em que vem sendo considerado como uma das mais importantes lideranças do movimento indígena brasileiro, ganhando, inclusive, relevância internacional através de seus discursos e obras.

Nascido em 1953, em Minas

Garapa - Coletivo Multimídia

**Ailton Krenak
ganhou
notoriedade com
o discurso histórico
a Câmara dos
Deputados em 1987**



Gerais, Krenak viveu sua infância às margens do Rio Doce e passou a se destacar no movimento indígena na década de 1980, quando participou da fundação de organizações que tinham como objetivo a promoção da cultura indígena e a luta por seus direitos. A Aliança dos Povos da Floresta visava a criação de reservas extrativistas de látex e que permitissem a colheita de outros produtos da floresta a fim de estabelecer um meio para a subsistência econômica desses povos.

O Núcleo de Cultura Indígena, idealizado por Ailton Krenak em 1998, tem como principal função a realização de um festival chamado “Ailton: o Festival de Dança e Cultura Indígena”, que, até os dias de hoje, na Serra do Cipó, em MG, visa promover a convergência cultural das mais diversas etnias de povos indígenas brasileiros. Através de reivindicações em conjunto com o Movimento Ambientalista Mineiro, Krenak fez com que a Serra do Espinhaço, da qual a Serra do Cipó faz parte, se tornasse uma reserva da Biosfera pela UNESCO, garantindo, assim, uma proteção ambiental ao conjunto de montanhas.

Sempre buscando a garantia e ampliação dos direitos indígenas, Krenak serviu como assessor especial de assuntos indígenas do Governo de Minas Gerais entre 2003 e 2010, onde teve papel fundamental na elaboração de políticas públicas em defesa dos interesses de 11 mil índios de oito etnias.

Considerado como um dos maiores líderes do movimento indígena atualmente, é inquestionável a contribuição de Krenak para os objetivos que foram conquistados durante os últimos anos. Com seus discursos e palestras que possuem fama internacional, Krenak se firma como um dos personagens mais valiosos de nosso país no que se refere à luta indígena.

Ritual sobrevive na modernidade

Sateré-mawés mantém Ritual da Tucandeira e preservam valores espirituais e sociais

POR AYRTON SENNA E JULIANO SANTIAGO

O famoso ritual da tucandeira, tradicional da tribo Sateré Mawé, que ganhou destaque na imprensa internacional, sendo tema de um documentário da britânica BBC, tenta resistir em meio ao processo de migração de povos indígenas às áreas urbanas do Amazonas.

André Sateré, ou Awyato, seu nome nativo, líder da aldeia Wai-kiru, localizada na área urbana de Manaus, explica que o ritual da tucandeira representa a transição da infância para a vida adulta dos homens. O rito de passagem se inicia quando os meninos capturam as formigas tucandeiras nas vésperas da cerimônia. No dia do ritual, as formigas são colocadas em um caldeirão que contém propriedades anestésicas da folha do cajueiro, assim elas “adormecem” até que sejam presas no saaripé – uma luva feita de palhas. Durante a cerimônia o jovem indígena deve colocar as mãos nesta luva e ser ferrado por pelo menos 20 vezes enquanto dança com familiares. O ritual pode durar anos até que seja finalmente concluído.

A origem do famoso ritual se confunde com a história da própria tribo Sateré Mawé. Não se tem notícias de seu surgimento, o que se sabe é que esse costume tem sido passado de geração para geração ao longo dos anos. Além de formarem comunida-



Reprodução/Facebook

des na capital, há várias tribos da etnia espalhadas pelo estado do Amazonas, ocupando faixas de terra próximas às cidades de Parintins e Maués. O fato é que a aproximação dessa tribo com a sociedade moderna coloca em risco costumes tradicionais.

Uma igreja de cunho cristão, localizada na entrada da aldeia de Awayto, é um retrato do nível de aculturação incidente na tribo. André Sateré, embora admita que a introdução à fé cristã é recente, nega que as escrituras bíblicas impeçam que a nova religião e os costumes passados por seus ancestrais caminhem concomitantemente. “O Deus que a Bíblia fala, ele é o criador de todas as culturas, inclusive a nossa cultura indígena, as nossas danças, a nossa língua, os nossos rituais (...)” argumenta Awayato.

A associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro existe há mais de 30 anos e tem importância notável no posicionamento da mulher indígena na cidade de Manaus



De fibra é feita a luta

Casa de mulheres indígenas em Manaus se destaca por ações de politização, geração de renda e valorização cultural

POR DÉBORAH ARRUDA E CLARA TOLEDO

Feminismo, ecofeminismo, cultura do bem viver e “questões de gênero” são alguns dos nomes que já foram dados por pesquisadores e visitantes ao que é realizado pelas guerreiras da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro. A associação reúne aproximadamente 60 mulheres e além das muitas finalidades, propõe um ganho de renda alternativo: o artesanato.

Dessa forma, elas têm sustentado a associação e ajudado mulheres há mais de 33 anos.

Um dos maiores símbolos de resistência indígena e feminina é feito de fibra, sementes, caroços, tinta e palhas. O artesanato feito em mãos calejadas de anciãs é passado de geração em geração como símbolo de identidade cultural, resistência e luta. E mais do que um símbolo cultural, se tor-

nou também uma forma de subsistência e de ser livre de alguns abusos e violências da vida urbana, sejam eles violências domésticas ou abusos sofridos nos trabalhos informais.

As mulheres da AMARN atuam em rede, separadas, mas alinhadas com as lutas da comunidade indígena. Lá, elas praticam um feminismo quase puro, mas em momento algum denomi-

nam sua luta com nomes que não foram criados por elas; chamam as questões relacionadas ao papel da mulher de “discutir gênero”. Entre os variados papéis que a associação tomou ao longo das décadas, um deles é propiciar um espaço livre e seguro para tantas mulheres indígenas. Pioneira no sentido de unir mulheres de diversas etnias para um objetivo comum, as mulheres da AMARN têm feito muito mais do que artesanato nesses mais de 30 anos de existência.

UM OUTRO DESTINO

Em jornadas de trabalho exaustivas e desgastantes, diversas mulheres indígenas que se deslocaram de seus locais de origem para vir para o centro urbano, encontram em Manaus poucas oportunidades de trabalho. A maioria das mulheres indígenas da associação adquire suas rendas a partir de empregos informais, comumente o de empregada doméstica.

Nos anos de 1980 houve uma grande migração dos indígenas do Alto Rio Negro, que compreende os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Japurá e Santa Isabel, para a cidade de Manaus. O período o áureo da Zona Franca de Manaus atraiu pessoas de todas as partes do Brasil e gerou necessidade de mão de obra, um dos fatores responsáveis por levar tantos indígenas das aldeias diretamente para as cidades. Assim também, as

“Eu fui criada na aldeia. Na aldeia a gente não tem como estudar, eu fui para o internato no distrito e terminei o ensino médio. Assim que terminei, fui pra São Gabriel pra fazer um curso; fiquei um mês e conheci um soldado, tem um quartel lá, aí eu vim embora com ele. Ele me chamou pra conhecer a cidade, disse que era tudo bonito, e nunca mais eu voltei, comecei a trabalhar em casa de família e aí pronto”.

Mazarello Brito sassas

mulheres indígenas vieram e saíram de seu berço para o desconhecido.

A migração indígena para Manaus entre 1990 a 2000 cresceu significativamente. A população indígena na capital amazonense cresceu cerca de 20% por ano durante esses dez anos. Em 2000, a população indígena era de cerca de sete mil habitantes, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além do crescimento de Manaus, dois grandes fatores eram responsáveis por trazer mulheres para a cidade, a Igreja Católica e os militares. Na década de 80, a Igreja Católica tinha grande projeção na vida do indígena do interior. Muitas mulheres se

alfabetizaram em Escolas Salesianas e foram atraídas para Manaus com uma promessa de uma vida diferente, por vezes para trabalhar em escolas católicas ou participar de missões da igreja. Com a presença militar nos interiores do Alto Rio Negro e a vida dividida entre a capital e o interior, os militares traziam mulheres da aldeia para que pudessem trabalhar em suas casas na capital, como conta a senhora Mazarello Brito.

As leis trabalhistas nos anos 80 não compreendiam o trabalho das empregadas domésticas, situação que só foi regularizada a partir da lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, que equipara os direitos das empregadas domésticas aos demais trabalhadores. Com o passar dos anos essa lei foi sendo transformada até a sua última atualização com a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, que dispõe, entre outras coisas, que a duração normal do trabalho doméstico não excederá 8 horas diárias e 44 semanais e que a remuneração da hora extraordinária será, no mínimo, 50% superior ao valor da hora normal.

Pesquisas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apontam que a renda regular, que seja o salário (mesmo mínimo) ou a aposentadoria caracteriza mais as mulheres chefes de casa do que os homens chefes de casa que costumam ter uma renda irregular. Enquanto os homens parecem ter condições de aceitar

O artesanato é uma das formas de rendas das mulheres da AMARN



serviços a qualquer momento e disponibilidade para ter trabalho autônomo, não é o caso das mulheres que precisam se organizar para deixar as tarefas de casa com uma irmã, filha ou sobrinha. Por isso, as mulheres costumam ter rendas mais regulares e ser as chefes de casa.

AS SEMENTES GERMINARAM

O passado de trabalhos exaustivos e irregulares se transforma em uma realidade completamente diferente no presente. Isabel de Oliveira é uma das coordenado-

Física. “Eu sempre tive livros em casa, de sociologia, filosofia, meu neto pegava e lia tudo. Hoje ele é formado e está trabalhando” conta com orgulho e um sorriso no rosto.

As mulheres, que um dia foram sementes, germinaram suas lutas ao longo desses últimos 40 anos e hoje, como árvores, tem raízes profundas e longas, impossíveis de serem cortadas por homens.

O LABF5 conversou com diversas mulheres indígenas que apresentaram um ponto em

anos, conta que veio com o marido e dois filhos. “Era década de 90, meu marido já trabalhava na aldeia como segurança e foi transferido pra cidade e eu vim atrás dele com meus dois filhos. Agora já tenho netos misturados, minha filha Tikuna se casou aqui na cidade.” Ela trabalha com a venda de artesanato, que é algo presente na família desde sua criação. “Sempre eu trabalhei com artesanato, aprendi com minha avó e minha mãe, desde 12 anos.”

Apesar das dificuldades financeiras ou sociais, como discriminação e abusos, a maioria das mulheres não sente vontade de voltar às aldeias onde viviam. A senhora Mazarello, há 33 anos em Manaus, conta que mesmo sentindo saudade dos pais, que são idosos e moram em São Gabriel da Cachoeira, é feliz na capital amazonense e não sente vontade de voltar ao interior do estado para morar, apenas para visitar a família.

DE ONDE VEIO A AMARN?

A Associação das Mulheres do Alto Rio Negro (AMARN) foi criada em 1984 e oficializada em 1987. Primeira organização para mulheres indígenas no Brasil, a Associação é um refúgio, um centro de convivência para mais de 60 mulheres indígenas pertencentes a etnias do Alto Rio Negro, como os Tikuna, Baniwa e Desanã.

A AMARN não recebe nenhum tipo de auxílio do governo, é uma associação autônoma. A atual presidente é Clarice Tukano (Duhigó, seu nome de origem), que é formada em Pedagogia e se especializa em Gestão de Projeto e Formação Docente. Ela conta que cerca de 11 povos se unem para conviver na Associação.

A Associação atua principalmente no relacionamento da mulher indígena com a sociedade urbana. Um dos assuntos mais



O local reúne diversas gerações de mulheres indígenas

ras da associação, natural de São Gabriel da Cachoeira, é mestrandia em Antropologia pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, desenvolve sua pesquisa na associação e ressalta “Aqui é lugar de luta e resistência, muitos pesquisadores de fora passaram por aqui, mas sou a primeira mulher indígena que estuda a AMARN”

Já a senhora Pedrina Alves, uma das primeiras associadas da Amarn, conta com orgulho como seu sobrinho-neto se graduou em

comum: ter deixado sua tribo, comunidade ou cidade para vir ariscar a vida em Manaus. Algo presente na expressão delas são as marcas de vida, nos olhos marejados, até mesmo nas mais novas. No começo não demonstram muita vontade de conversar, são tímidas e intrigadas, mas no decorrer das entrevistas, desenvolvem uma confiança diante da equipe e se mostram bem-humoradas, sempre com um sorriso no rosto.

Danielle, em Manaus há 28

presentes é a luta contra a violência doméstica. Muitas mulheres indígenas chegam à cidade e logo trabalham como empregadas domésticas que, na maioria das vezes, sofrem assédio moral ou sexual, racismo ou qualquer outro preconceito por parte dos empregadores. “Um objetivo muito claro da Associação é lutar pelos direitos coletivos das mulheres indígenas. As violações de direito, discriminação e preconceito. A Associação dá suporte legal a essas mulheres.”, conta Clarice.

Iuri Lima, membro da Diocese Anglicana do Amazonas, um dos únicos homens que participam da Associação, é um dos assessores responsáveis por dar suporte jurídico. Ele acompanha as mulheres há mais de três anos e conta um pouco sobre como funciona a estrutura organizacional: “Tem duas figuras relevantes aqui: as membras que decidem, que fazem a gestão, que tem voz ativa [...] e os parceiros que são

instituições, não-governamentais ou governamentais, que de alguma maneira ajudam a Associação”. Além das associadas e dos parceiros, também tem a figura dos assessores e da diretoria.

Em meio a muita conversa e risos extrovertidos, as associadas encontram um refúgio onde podem falar suas línguas nativas, geralmente o Tukano, discutem política, fazem artesanato, expressam sua religião, falam sobre seus problemas com maridos e filhos e dominam completamente o espaço.

Durante as reuniões de fim de mês são discutidas pautas como: os gastos mensais, o uso do espaço da associação, organização das atividades e até mesmo atitudes de alguma delas que possam estar incomodando as outras. Às vezes as reuniões resultam em brigas que parecem ser impossíveis de serem perdoadas, mas se resolvem ao final da assembleia e todas se juntam para compartilhar um almoço.

As mulheres associadas recebem auxílio na educação de seus filhos. Professores indígenas contratados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) dão aulas para as crianças que, desde cedo, são ensinados a valorizar a própria cultura, entendendo a importância dela e aprendendo a superar os preconceitos que a sociedade carrega.

Para a senhora Pedrina Alves, que está na AMARN desde 1984, a organização é importante principalmente para a convivência. Ela mora sozinha e não tem filhos. Quando precisa conversar e se sentir bem, vai até à sede da Associação. “Aqui a gente encontra os parentes. As pessoas que a gente não conhece, vai conhecendo. É muito bom.”

Um ponto é claro: a associação é mais do que um lugar, se personificou em cada uma das mulheres que participam dela e que de forma tão sutil, tem lutado e resistido por tantos anos.



A associação é símbolo de resistência entre as mulheres da AMARN

“O ideal seria formar professores graduados em determinada área para atuar nas aldeias”

Ytanajé Cardoso



Por uma educação de respeito

O professor Ytanajé Cardoso, da etnia munduruku, fala sobre as lutas e dificuldades da educação indígena.

POR JOÃO FELIPE FERREIRA

Um dos principais temas abordados quando o assunto são as causas indígenas, é a educação. A razão é porque é esta área que fortalece e dignifica o ser humano, principalmente quando se trata de um grupo que ao longo dos anos vêm sofrendo uma série de retaliações. A equipe conversou com o professor da etnia munduruku Ytanajé Cardoso, de 28 anos, que re-

centemente lançou um livro intitulado “Canumã: A travessia”, onde o autor dá voz aos povos da aldeia Kwata, em Borba.

Cardoso falou a respeito da luta antiga dos nativos por uma educação que respeite as tradições indígenas. “Desde a década de 60, que o movimento indígena organizado vem lutando por uma educação diferenciada. Que é

uma educação que articule o conhecimento tradicional indígena com o conhecimento ocidental”. Vale lembrar que até os anos 90, a visão que se tinha de educação indígena era completamente atrasada.

Usava-se o termo retrógrado de ‘integrar’ os povos indígenas à sociedade. Isso significava que o Estado queria que os indígenas abandonassem suas crenças e forma de viver, para adotar o modo de vida ocidental. Os povos indígenas não abrem mão de ter uma educação com as mesmas condições e estrutura que tem a educação não indígena. Ou seja: melhores escolas, merenda, salários justos dos professores, etc.

Ytanajé também comentou sobre a formação dos professores das escolas indígenas. “Antigamente não tinha professores indígenas atuando nas escolas, somente professores não indígenas. A partir da década de 90 foi possível ver algumas instituições formando professores indígenas para atuar em suas comunidades”. Ao analisar a atual situação da educação indígena, Ytanajé garante que ainda estamos distantes do ideal. O que se tem hoje são profissionais que terminaram o ensino médio e são lançados para a sala de aula a fim de lecionar diversas disciplinas, sem especialização em nenhuma delas.

Uma questão importante apontada por Ytanajé é em relação aos materiais e as propostas pedagógicas para as escolas indígenas. “Não se tem avançado muito, justamente por não termos profissionais indígenas especializados para pensar essa produção de material”. É preciso ampliar as possibilidades de compreensão dos dois universos: o indígena e o não indígena, para poder ter um diálogo de igual para igual, principalmente em temas que tratam do meio ambiente, conservação dos rios, desmatamento e todas as questões relacionadas a preservação e conscientização.

EDUCAÇÃO INDÍGENA DESDE O BERÇO

Apesar de assegurada pela constituição, a educação infantil indígena está bem longe do que desejam os movimentos sociais

POR AIRTON PAIVA

A educação escolar indígena se tornou uma pauta política relevante para os povos indígenas, do movimento indígena e de seus apoiadores nas últimas três décadas. Os direitos e a educação das crianças indígenas estão assegurados no art. 210, §2.º, da Constituição Federal de 1988: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Com o tema recorrente na câmara dos deputados, hoje, construção de escolas indígenas e formação de professores indígenas são direitos garantidos para a comunidade, tanto para capital quanto para o interior dos estados, mas a realidade caminhou a passos lentos.

Em Manaus, até o início do século, as lideranças indígenas que moravam dentro da cidade arcaavam com suas próprias finanças os serviços de professores licenciados para ministrarem aulas as suas crianças, e para mantê-los, os líderes buscavam verbas e incentivos em políticas públicas que tardaram a chegar, e sem contratos, estes educadores não ficavam muito tempo nas tribos. Professores voluntariados passavam pelas aldeias e também não duravam muito até serem substituídos.

(...) no português os pais começam de pequeno falando ‘papai’ e ‘mamãe’, já o nosso não, a mulher da aldeia tem o bebê dela e já vai falando: ‘ywat’ e ‘ny’. ‘Eu sou teu pai’, ‘Eu sou tua mãe’, mas tudo na língua sateré mawé e repetindo pra eles aprenderem a falar.

Suzy Sateré

Hoje, cursos de especialização em educação indígena são oferecidos, tanto para indígenas quanto para não indígenas, pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), órgão responsável pela educação na cidade. Os contratos com os novos professores dependem da localidade da aldeia e sua necessidade, e podem durar até quatro anos. Os professores capacitados podem trabalhar também em escolas indígenas especializadas e em Centros Municipais de Educação Escolar Indígena (CEMEEIS).

DESAFIOS DO DIA-A-DIA NA ESCOLA

Na cultura indígena não é diferente, as crianças são especiais. Precisam aprender um conjunto de ensinamentos, valores, e habilidades

próprios de seu povo, pois, receberão a importante função de manter o legado, tradições e linguagem de suas famílias.

Para o povo indígena, a socialização dos pequenos começa dentro de casa. De zero a três anos, as crianças ouvem mais e ainda estão se assemelhando ao que é dito por seus pais, e assim, aprendendo suas primeiras palavras.

A língua de um povo é sua identidade. Ela deve ser aprendida desde cedo, como explica a professora Suzy Sateré, que ministra aula para uma escolinha indígena: “quando vão à escolinha indígena, as crianças começam a aprender como desenvolver as coordenações motoras para pintar, desenhar e cantam músicas infantis em português e em língua materna para fixar os idiomas por meio das repetições. Aprendem, com o exemplo dos adultos, danças típicas de suas tribos, e capacitam-se para ir às creches e escolas de ensino fundamental da rede pública do município, e podem assim, fazer parte da socialização entre sua cultura e as demais.”

A professora Suzy Sateré conta que trabalha com os adolescentes e diz como a educação é diferenciada porque eles estão imersos em duas culturas distintas e faz uma comparação de como é a cultura dos jovens aldeados no interior e os jovens da capital: “Eu trabalho com eles também a parte das histórias de antigamente, como os anciãos contavam, como o papai conta. Tudo pra eles é novo. Aqui não tem canoa, aí eu pego e mostro vídeos pra eles, porque raramente a gente vai pra aldeia lá do Tarumã e ver como é lá. Só que vocês sabem que adolescente, como cresce aqui, já tem outra mentalidade, já quer Facebook, Instagram. Como falo, né, o mundo de lá é totalmente diferente do mundo daqui, aí tu pega uma criança de lá ela vai saber flechar, pescar, porque esse é o mundo deles, e daqui não, já é tecnologia.” comenta Suzy.

Panorama da saúde indígena

Em sua luta histórica, os povos indígenas conquistaram diversos direitos e benefícios, entre eles uma atenção especial quanto a saúde básica.

POR AIRTON PAIVA

Diferenciada porque lida com povos de cultura e cosmologias distintas, a saúde indígena é um dos temas de preocupação para os povos indígenas do Brasil. Desvalorizada e em processo de precarização, a atenção à saúde indígena deve lidar com a cultura de determinado povo para que estes indiquem a hora certa da reza do pajé e a hora do atendimento especializado nas clínicas médicas.

“Quando o aldeado lá do interior não fala o idioma e assim não fala com o agente de saúde, ele só transmite a mensagem a esposa para que ela informe ao agente, e assim dificulta um pouco a comunicação” — diz Nilson

Sateré, Tuxaua da comunidade Sateré Mawé no Santos Dumont. Em Manaus existem em torno de 54 territórios indígenas registrados e contribuindo para os dados populacionais obtidos pelo Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIA-SI). Segundo o senso publicado em 2013, cerca de 25 mil indígenas de diversas etnias vivem na capital do Amazonas, e mais 150 mil outros vivem pelo interior do estado. E muitos destes que vem para fazer tratamento na capital não falam o português usual. No Brasil, dos 800 mil índios espalhados pelo país, cerca de 17,5% não falam o português.

Hoje, no Brasil, a rede de atendimento básica é composta pelos DSEI's – Distritos Sanitários

Especiais Indígenas e estes são de responsabilidade da SESAI – Secretária Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde. A Sesai é responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e todo o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no Sistema Único de Saúde (SUS) e entre as atribuições da Sesai destacam-se: desenvolver ações de atenção integral à saúde indígena e educação em saúde, em consonância com as políticas e os programas do SUS e observando as práticas de saúde tradicionais indígenas; e realizar ações de saneamento e edificações de saúde indígena.

SAÚDE PARA COMUNIDADE SATERÉ MAWÉ

No dia 18 de abril foi realizada uma ação de interação em educação em saúde entre a unidade básica de saúde do Santos Dumont e a comunidade indígena Sateré Mawé do Bairro da Paz.

Na ação, médicos e estudantes da unidade estiveram na comunidade para um bate-papo divertido com os pais e crianças indígenas para mostrar a importância de escovar os dentes sempre após as refeições, de tomar banho três vezes ao dia. Os estudantes também fizeram uma apresentação teatral com foco na importância da higiene pessoal para as crianças e mostraram algumas das consequências quan-

do não se lava as mãos com água e sabão. Também distribuíram kits de higiene pessoal como escova e creme dental para os pequenos. “Eu já trabalhei em área indígena, já tenho essa aproximação. E quando a gente veio pra cá, a diretora falou que tinha essa comunidade aqui, que eles também trabalhavam. Então quando eu fiquei sabendo, eu já pensei em trazer os meninos (estudantes) pra cá justamente pra tratar dessas questões mais diferenciadas. De conhecer a comunidade. Eu sabia que tinha, mas até então eu não sabia como que era. Então a gente veio aqui com uma ação porque eu acho importante ter esse conta-

to”, explicou Marisa Machado, enfermeira especialista responsável pela visita a aldeia.

Os estudantes da saúde também saíram com uma experiência a mais na visita à aldeia indígena, levaram aprendizado sobre a cultura e tradições daquela comunidade. “Hoje foi uma vivência mais intensa, mais íntima, hoje a gente pôde conhecer um pouco da cultura, da dança, a parte alimentar, experimentamos as comidas, todo mundo interagiu. E uma colega fez uma colocação muito legal, ela disse: ‘Vocês viram a cuia passando de um para outro?’, isso significa que é assim que a gente tem que trabalhar”, falou Marisa.



WEKÓ'



Os jogos de memória e adivinhações são métodos diferentes de ensinar para além de uma educação ocidental

Tukano:

Cultura, ensino e resistência

POR ALICE ALMEIDA, CARLOS WILLIAM, KLINGER PINHEIRO, NICOLY AMBROZIO E YOLANDA BENTO

Ye'pã-masa. “Seres vindos da terra”, “guardiões do espaço” ou “seres invisíveis”, em tradução adaptada. Esse é o termo pelo qual os Tukano se auto identificam na sua língua nativa, o Tukano, uma das línguas indígenas amazônicas com o maior número de falantes entre os povos do alto Rio Negro (mais de 5 mil, segundo o Censo de 2010), compondo cerca de 53 línguas indígenas vivas e existentes na região.

A possibilidade de incorporação de palavras que não existem em seu vocabulário, os casamentos entre membros de diferentes comunidades (exogamia), e os projetos educacionais projetados para o ensino da cultura e língua, tornam possível a expansão e revitalização do Tukano. O orgulho pelas riquezas socioculturais tidas como preciosidades e herdadas de antepassados indígenas é o esteio e razão de sustentação do Centro Municipal de Educação Indígena Buû-Miri.

Projeto fundado há 32 anos por mulheres de diferentes etnias vindas de comunidades do alto Rio Negro, a instituição leciona gratuitamente a língua Tukano a crianças e adolescentes em aulas interativas, ilustradas com pinturas e artesanatos e embaladas

por canções tradicionais dos povos nativos desta língua. A infraestrutura do espaço se assemelha aos de uma residência e se mantém sem quaisquer apoios governamentais adequados.

Há um empenho cooperativo e sinérgico entre os 28 membros do Centro Educacional, todos trabalhando pelo mesmo objetivo: dar continuidade a uma luta tra-

“Antigamente havia muito preconceito, mas agora tem esses movimentos, os professores começam a sair e falar que vão resistir, que tem que ter respeito, que não podem obrigar a gente a esquecer nossa cultura....”

Joana Galvão

vada historicamente por um direito básico – o de reconhecimento justo, do Estado e da sociedade, das raízes culturais indígenas usurpadas durante o período de colonização portuguesa e ainda hoje estigmatizadas.

As aulas são ministradas por meio de diferentes métodos de aprendizagem, como jogos de

memória e adivinhações, oficinas de artesanato, ditados, aulas de arte. Muito diferente de uma educação ocidentalizada, os jovens estudantes podem partilhar de aspectos da cultura indígena diretamente com suas mães que os acompanham, seja em conversas informais feitas na língua Tukano, quanto entre si mesmos, trocando e compartilhando conhecimentos entre uma brincadeira ou outra.

O que mudou nesta era do imediatismo e da desinformação? A resposta é manifestada de forma clara e direta pela professora de língua Tukano responsável por todo o planejamento pedagógico do Centro Educacional, Joana Galvão, segundo a qual o Instituto existe há 32 anos e há apenas dois a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) colabora com o fornecimento de merenda escolar e de material didático aos estudantes, de faixas etárias diversas.

“Não se trata de um brinde, mas de uma reivindicação coletiva que já dura décadas. Nós, professoras e integrantes da AMARN [Associação de Mulheres do Alto Rio Negro], somos voluntárias e desembolsamos todos os custos da casa. Nossos alunos são de baixa renda e en-

frentam dificuldades para frequentar as aulas semanalmente, porque moram longe. A SEMED fala que o financiamento total do projeto está fora do orçamento”, desabafou a professora perseverante até no nome. Em Tukano, Joana se traduz ‘Umussipó’, cujo significado é aquela que procura o bem em tudo o que faz. “Não desisto e evito errar”, complementou.

Quando contestada sobre a situação do financiamento para o projeto, a secretária e representante da SEMED, Julie Seixas, contou uma versão corporativista e omissa. “A SEMED provê todo o apoio necessário por acreditar na relevância da valorização da cultura indígena. Temos 18 centros municipais como este na Cidade para atender a este tipo de demanda e outras línguas são ensinadas, como Tikuna, Apuriná, Sateré e até Nheengatu”, esquivou-se.

Para além das dificuldades, o Centro tem sido espaço de resistência reconhecido por integrar os jovens indígenas as suas culturas, com um forte discurso de autoafirmação de identidade indígena, que está estreitamente ligada a língua.

Joana Galvão, professora da escola, reforça a proposta de repassar aos estudantes o orgulho de ser indígena e comenta as diferenças influenciadas pelos movimentos de resistência dentro das comunidades.

“Antigamente havia muito preconceito, mas agora tem esses movimentos, os professores começam a sair e falar que vão resistir, que tem que ter respeito, que não podem obrigar a gente a esquecer nossa cultura... a gente não podia andar pintado nem falar a nossa língua. Hoje em dia eu tô vendo que a gente sai falando. Porque a nossa língua não podia ser falada em qualquer lugar, tinha que falar português. Se você falasse (Tukano), achavam estranho, esquisito”, diz.

REVITALIZAR PARA MANTER A CULTURA

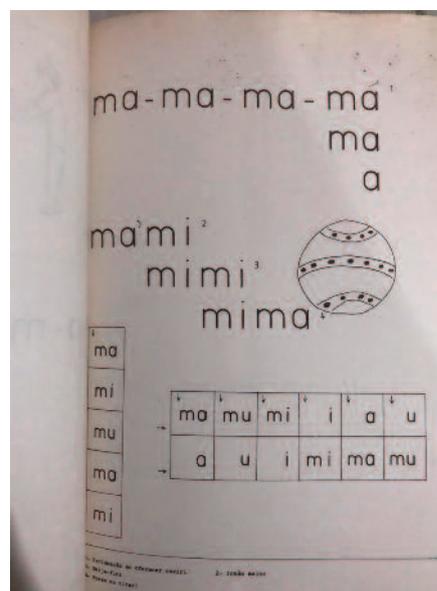
2019 é o Ano Internacional das Línguas Indígenas. Promovida pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) em parceria com demais entidades, a celebração desse tema em ampla escala tem o intuito de chamar atenção para um assunto de interesse global, promover ações de revitalização e proteção das línguas indígenas e dos seus falantes, além de fortalecer o conhecimento que se tem sobre os diferentes sistemas linguísticos e o que eles comunicam sobre o mundo.

Na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2016, o Fórum Permanente de Questões Indígenas alertou para o risco de desaparecimento de cerca de 40% das 6.700 línguas faladas no mundo inteiro, naquele momento. Maior parte dessa porcentagem são as línguas indígenas, o que significa uma perda imensurável de recursos culturais, sociais, econômicos e políticos que poderiam ser aproveitados para melhoria da qualidade de vida de povos que estão em constante luta pelos seus direitos fundamentais.

O linguista Aryon Rodrigues



A instituição leciona gratuitamente a língua Tukano a crianças e adolescentes em aulas interativas





A escola tem sido espaço de resistência para reforçar um discurso de autoafirmação da identidade indígena

em sua obra "Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas" (1986) já relatava que, antes da chegada dos portugueses em 1500, existiam no Brasil em torno de 6 milhões de indígenas que falavam de 1000 a 1300 línguas no total. Segundo o censo de 2010, o último sobre a população indígena, de 300 milhões de brasileiros cerca de 0,4% são indígenas, ou seja, apenas 817 mil indígenas.

Segundo Ytanajé Cardoso, mestre em Letras e Artes pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), a redução da população indígena afeta diretamente a situação das línguas, que hoje no Brasil se resumem a cerca de 150, sendo 53 dessas faladas na região do Amazonas. "É uma verdadeira catástrofe cultural, porque a gente quase que extingue tanto os povos indígenas, quanto as línguas faladas no Brasil. Então é esse o cenário, um cenário de extrema preocupação", conta o professor da UEA.

Ytanajé voltou sua pesquisa de mestrado para a documenta-

ção dos últimos falantes do munduruku no Amazonas. Contando com a população do Pará e de outras áreas da Amazônia, o munduruku é uma das 25 línguas indígenas que possuem mais de 5 mil falantes atualmente. A cada duas semanas, uma língua morre no mundo; quanto menos falantes, menos chances a língua tem de sobreviver.

Para preservação da língua, é preciso revitalizar. Cada povo possui a sua dinâmica própria de revitalização, que deve ser pensada a partir de quais aspectos da língua precisam ser preservados e o porquê. "A língua, assim como a cultura, muda com o tempo. Você fala hoje, por exemplo, o que não se falava há 10 anos", explica o professor Ytanajé. Alguns povos trabalham com a documentação da fala de anciãos, ou com o ensino da língua para alfabetização das crianças. Outros, preferem revitalizar a partir da Língua Geral Amazônica, o Nheengatu, ao invés da língua oficial de seu povo. Há ainda, grupos indígenas que não sentem necessidade al-

guma de revitalização.

Para Ytanajé, o principal desafio para revitalização das línguas atualmente é a falta de investimento financeiro. Investir em línguas indígenas tem um grande retorno do campo intelectual e cultural, mas não atrai investidores pela ótica da economia. Políticas públicas existem, mas é necessário aplicá-las de maneira que demonstre a importância delas para a identidade cultural do país. A promoção da educação dentro das comunidades indígenas pode ser um passo para isso. "Não se tinha, até pouco tempo, um profissional indígena especializado em linguística, e aí ficava inviável desenvolver uma política de promoção da língua indígena na comunidade. Quando os povos começam a entrar na universidade e começam a perceber de maneira mais científica a língua, aí você tem uma preocupação maior com a revitalização e já sabe mais ou menos por onde caminhar para tentar promover a língua na comunidade", conclui Ytanajé.

Tem índio no Bumbódromo?

Um olhar sob a influência cultural e o uso comercial dos povos indígenas no festival de Parintins

POR DALVA CAROLINE LINS, OBERDAN ANGELIM E GABRIELA ALVES

O festival dos Bois-Bumbás de Parintins (AM) alcançou no decorrer dos anos dimensões massivas, conjugando, de modo cativante e criativo, padrões e temas culturais tradicionais a procedimentos e abordagens atuais. Este ano, a estimativa da Prefeitura de Parintins é que o número de visitantes chegue à casa das 100 mil pessoas. É hoje uma das grandes manifestações populares do Norte do Brasil, atraindo milhares de pessoas não só de Manaus (a capital do estado) e cidades próximas, como de diversas partes do país. O Bumbá trata-se de um novo nativismo, ação que procura valorizar a cultura de um lugar, em reação à imposição de uma cultura externa, em geral dominante. Ao promover a valorização das raízes regionais indígenas, a manifestação folclórica afirma positivamente uma identidade cultural cabocla.

É clara a presença da cultura indígena no processo de criação das toadas e a produção do cenário artístico apresentado através dos rituais indígenas no bumbódromo. O ritual é um dos momentos que antecede a chegada do pajé, uma dramatização evidenciando a vida das etnias indígenas, no qual são vistas alegorias, indumentárias, itens individuais e

grupais.

A cidade de Parintins, tornou-se conhecida, nacionalmente, devido à realização do Festival Folclórico de Parintins, que ocorre no último fim de semana de junho, na Ilha de Tupinambara, 420 quilômetros de Manaus, se baseia na disputa dos bumbás: Garantido, o “boi vermelho” e Caprichoso, o “boi azul”. Enquanto o primeiro possui um coração na testa, o segundo possui uma estrela. A competição acontece em três dias de festa que atualmente é no último fim de semana do mês de junho.

No referido festival de Parintins são apresentados aspectos e personagens que lembram o cenário do cotidiano amazônico, tais como: o chamado “caboclo ribeirinho”, lenda amazônica, figura típica regional, ritual, dentre outros. Nesse contexto, percebe-se fortemente a figura do indígena.

A ênfase da temática indígena se tornou mais frequente nos itens toada, coreografia e alegoria na década de 90. Nessa perspectiva, as mudanças em torno das apresentações principalmente daquela época, foram fundamentando uma nova forma de exposição no que diz respeito à figura do indígena no festival. A presença do pajé, por exemplo, que antes acontecia

somente para reviver o boi, agora se configura num novo momento, chamado ritual. O pajé surge para encenar uma luta entre o bem e o mal, combatendo um espírito aterrorizante de um determinado grupo indígena.

Nas três noites do festival são apresentadas toadas que narram mitos indígenas para acompanhar a aparição do pajé no momento do ritual, sempre relatando catástrofes sobre determinados povos indígenas. A característica do ritual é marcada por certos personagens como: pajé, tribos, seres fantasmagóricos, danças e animais que promovem a luta entre o bem e o mal.

Antes de especificar como ocorre o processo de escolha das toadas supervisionadas pela Comissão de Artes do Boi Garantido e pelo Conselho de Artes do Boi Caprichoso, acho necessário enfatizar o que é “toada” no contexto do festival folclórico de Parintins. Na verdade, são composições musicais elaboradas para os bumbás e nelas encontram-se versos para o tema escolhido durante o ano para ser apresentado na arena do bumbódromo.

A respeito das Comissões de Arte, Jean Reis, bacharel em Administração pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) de Parintins e atualmente faz mestrado na área de Ciências Humanas, ressalta que se envolveu com o trabalho em 2016, dois anos após assumir o cargo de professor substituto da Ufam em Parintins.

Jean relata que a comissão de arte é o cérebro do boi, composta por pessoas pensantes acerca de todas as questões ligadas ao festival, seja sobre alegoria, roupas, coreografias, músicas, etc. Essa comissão tem basicamente 5 a 10 pessoas que a compõem, além de um coordenador responsável, mas passa por modificações todos os anos. É dentro da comissão de artes que ocorre o contato com indígenas, colhendo informações a



Representação artística de Pajé do Boi Garantido no Festival Folclórico de Parintins, ano 2016

respeito das tribos e da vivência do índio.

A cultura indígena é de extrema importância para o festival folclórico pois está em nosso dia-a-dia. A questão é passar uma representação simbólica para o indígena, tentando aproximar ao máximo de sua realidade. Porém, Jean observa que, dentro do festival ainda há certa necessidade de uma maior representação indígena. “É um processo não se resolve em meses, demoram-se anos.

O boi ainda traz muito da questão imaginativa a respeito da cultura indígena, o que distancia algumas tribos de terem esse contato. O festival ainda deixa a desejar em relação à representatividade indígena, muitas vezes o tema é tratado com superficialidade e distanciamento”, relatou Jean.

Membros das comunidades indígenas do Amazonas muitas vezes questionam a veracidade dos elementos culturais expostos, como é o caso de Jeremias Tavares, mais conhecida como Curace, artesã indígena da etnia Baré e residente da comunidade Nossa Senhora do Livramento há cerca de 30 anos.

Ela expõe sua preocupação na

representação da cultura indígena no festival, nas danças muito espetacularizadas, que já não tem mais relação com a cultura e principalmente na encenação de uma imagem muito importante para o seu povo: o pajé, o qual também sofre com as consequências da espetacularização dos costumes.

Por ser uma figura religiosa e muitas vezes de liderança, Curace relata sua inquietação com a forma de representação que o pajé recebe no boi-bumbá. “É muitas vezes deixada de escanteio no final das festas e deveria ser exposta de uma maneira mais respeitosa, já que o Pajé é uma autoridade xamanística de suma importância para sua nação, que muitas vezes não se sente fielmente representada e tem sua

imagem sendo levemente comprometida e estereotipada”, ela relata.

VISÃO MERCANTILISTA

O festival possui uma enorme importância cultural por ser uma manifestação sobre a Amazônia e tantas outras regiões e a preservação dos povos e do meio ambiente. Contudo, o boi-bumbá torneuse

uma indústria, não buscando uma qualidade de vida para o índio, mas sim o lucro para os organizadores.

Essa visão mercantilista é contrária ao que a cultura indígena prega. De acordo com o Governo do Estado, de 2005 a 2018, o festival injetou mais de R\$ 426 milhões na economia e atraiu quase 700 mil turistas.

O Boi Bumbá é um evento que materializa, através da dança, da música e da arte, as raízes do povo amazônico. Tal festival é também uma possibilidade para que o espectador se permita passar por experiências que o aproxime da história do povo de sua localidade, saiba mais da sua história e importância e se aproxime de suas raízes, além de influenciar e moldar opiniões acerca de nossa cultura com relação a pessoas leigas e estrangeiras.

Por mais que sua influência na manutenção da cultura no conhecimento popular seja notável, a crescente comercialização do festival e a pressão causada pela movimentação na economia local da cidade, compromete uma análise mais aprofundada dos elementos indígenas.



A moeda de troca

O lucro vai além do valor financeiro para boa parte das comunidades nativas, contribuindo para o reconhecimento da cultura, o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental

POR DIOVANA RODRIGUES, FRANCIANE SILVA, KEVIN MORAES E LARISSA LARA

As noções de economia são as mais diversas entre os diferentes tipos de cultura. Comumente, a primeira palavra que vem à cabeça ao discutirmos o assunto é a geração de lucro, o “dinheiro”. Para os povos indígenas, outros aspectos são considerados como: o reconhecimento de suas atividades, ganhos suficientes para o bem-estar coletivo e a preservação do meio ambiente, principalmente em um cenário onde o capitalismo se traduz em hegemonia ocidental.

Dados divulgados em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), existem 305 diferentes etnias indígenas no Brasil. Na história de avanços dos direitos e deveres

dos povos indígenas, um marco importante foi o reconhecimento das comunidades, pela Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, responsável por resguardar seus direitos constitucionais, uma vez que antes eram classificados como categoria social transitória, fadada ao esquecimento.

Em entrevista ao LabF5, Maurício Adu Schwade, mestrado em Processos Socioculturais na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e com especialização em Indigenismo pela Universidade Positivo (2010), atuando como professor do Curso de Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e de Desenvolvimento Sustentável da UFAM, explica sobre como

está o quadro da economia indígena na capital: “Precisamos aprender com essas comunidades. O direito de nossa sociedade de formação também é possível para nos dar essa satisfação. Não é só o mercado, não é isso que vai resolver tudo. Em uma cidade como Manaus, por exemplo, hoje não só se vê um quadro de degradação ambiental, como também econômica”.

Para uma parcela expressiva da sociedade, a única (ou principal) atuação dos indígenas é a produção de alimentos a própria subsistência e de peças artesanais. Feiras ao redor do Brasil e do mundo contribuem para a generalização dessa visão limitada, que chama a atenção especial-

A culinária indígena ganha o mundo em novas variações com a ajuda de itens, como a pimenta Baniwa

bem cedo oferecendo para os vendedores, como as cestarias e as cuias.

Tanto indígenas quanto caboclos servem de fornecedores. Muitas vezes os indígenas vêm direto, mas, na maioria, quem vem é o “atravessador”, que é o caboclo. Ele pega e repassa a mercadoria artesanal e a de ervas”, comenta Keciâne Andrade, vendedora de artesanatos e acessórios (também chamados de Biojóias), que trabalha há 2 anos no Mercado Adolpho Lisboa, localizado no Centro de Manaus.

Wanderlei Colares, vendedor de ervas medicinais com 44 anos de experiência no Mercado Adolpho Lisboa, no Centro de Manaus, onde tem uma barraca, afirma: “Isso ajuda muito na Economia Indígena. Hoje, aqui em Manaus, está ajudando tanto em termos financeiros quanto em termos culturais, porque quando as pessoas adquirem os nossos costumes, as artes, sempre expandem a cultura. No começo, poderia até ser visto como uma exploração, mas atualmente não mais. Os próprios indígenas têm noção dos valores das coisas, da valorização do mercado”.

Outro local de venda dos produtos indígenas no Amazonas é a Wariró - Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro, localizada em São Gabriel da Cachoeira, criado como centro de comercialização

mente de turistas.

São ainda desconhecidos os destaques da culinária, com rico sabor, como pimentas e castanhas e de itens medicinais, como ervas e folhas, incluindo a pimenta baniwa, matéria-prima para as mais diversas receitas ao redor do mundo.

Infelizmente, a desvalorização da cultura indígena é um desses exemplos. “Cada grupo da sociedade tem uma forma de se relacionar no meio em que vive. Necessidades não são universais, nem só físicas, mas também culturais. Uma pessoa pode ser feliz com um supercarro, enquanto outra apenas com um igarapé para tomar banho.”, afirma Schwade, que pesquisou, em 2012, os estudos doutorais “Para compreender a Economia dos Agricultores na Amazônia”, que inclui os povos indígenas.

AUTOVALORIZAÇÃO NO MERCADO

As comunidades indígenas estão organizadas em outros modelos, diferentes da sociedade ocidental, em que houve a modificação do processo artesanal para o da produção em escala, com a industrialização dos produtos.

Desse modo, é difícil generalizar como lidam com questões financeiras próprias desse regime, como faturamento e relações de mão de obra. Enquadrar esse tipo de economia em dados estatísticos é complicado quando se tenta fazer uma leitura de mundo desses povos a partir de uma visão ocidental.

Esse distanciamento vem diminuindo ao longo do tempo, com o maior contato das comunidades com a cidade. “Algumas peças aqui do Mercado são encomendadas de artesãos locais mesmo. Outras são os próprios indígenas que produzem e chegam aqui

Franciane Silva



destinado a promover o desenvolvimento sustentável e valorizar o conhecimento tradicional.

OS CÁRCERES DA DEMARCAÇÃO

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) indica a existência de 462 terras indígenas regularizadas, aproximadamente 12,2% do território nacional, dos quais 54% estão localizadas na Região Norte do país. A demarcação dessas áreas é a base para a continuação do modo de vida das comunidades, visando a conservação ambiental e garantia da diversidade étnica e cultural.

Para a criação desse ambiente mais igualitário, é preciso os povos indígenas se resguardarem dos direitos de se organizar e se posicionar, de forma própria, perante a sociedade e os poderes instituídos, bem como lutar pelos aspectos mais condizentes com seus interesses no processo de demarcação de terras, no respeito as suas culturas e no desenvolvimento sustentável da produção econômica.

“Nenhuma sociedade indígena vive ou viveu de forma isolada. Assim foram tratadas durante todo o processo colonial, e continuam a ser. O Estado acaba sendo aparelhado para atender as necessidades das grandes empresas, que pensam no lucro e não na satisfação das pessoas. Ele não deveria se posicionar como se fosse uma companhia, mas sim ser um mediador vendo a sociedade como o mais importante de tudo. Não que se deva esquecê-las, mas no mínimo deveriam haver condições para que essa atividade não inviabilizasse os que ali vivem”, critica Shwade sobre a inferência do Estado.

Outro ponto de vista sobre a questão é que “a luta da demarcação das terras é das lideranças indígenas em geral, com a filosofia de manter o seu bem patrimonial, tanto os materiais, quanto os

imateriais, para que seja mantido, protegido e usado de maneira consciente, somente para consumo e não totalmente explorado de outra forma de pensar não-indígena”, afirma o especialista em Antropologia Social Diakara Dihputiro Porü/ Jaime Moura Fernandes, 44 Anos, da etnia Desana.

Na concepção dos povos indígenas, situando a sua economia como atividade estreitamente ligada ao território no qual vivem e naquilo que produzem, a partir do momento em que perdem suas terras, toda uma base de relações sociais precisa ser reconstruída, e manter tudo isso é uma das principais dificuldades. Demarcação de terra é para delimitar a área de proteção aos índios”, diz Yura Ní-Nawavo Marubo, 43 anos, da etnia Marubo, da Terra indígena Vale do Javari.

O ATUAL CENÁRIO

A preservação cultural dos povos indígenas sofre constantes ameaças. Com os primeiros projetos de governo do presidente Jair Bolsonaro, cuja indicação é atender à pauta de mercado, afirma que “No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena”, no dia 05 de novembro ao apresentador José Luiz Datena, em entrevista ao Brasil Urgente, da Rede Bandeirantes. “Antes o Brasil vinha em uma crescente construção de uma consciência ambiental, mas me parece que agora o Brasil vive uma onda de retrocesso”.

Na verdade, estar preocupado com questões ambientais é também estar preocupado com questões econômicas, já que são faces da mesma moeda”, reitera Maurício Shwade.

O antropólogo Diakara pontua que o Estado cria programas de atendimento das políticas de governo, não para auxiliar a demanda das comunidades indígenas, como deveria ser. “Para dizer que está reconhecendo, inventa, ou seja, promove

oficina, palestra e feira de exposição de produtos na Praça. Se realmente conhecesse sobre economia Indígena deveria ter pensado em um novo modelo de empreendimento e de inovação, não a criação de um shopping com produtos indígenas como ponto referência”.

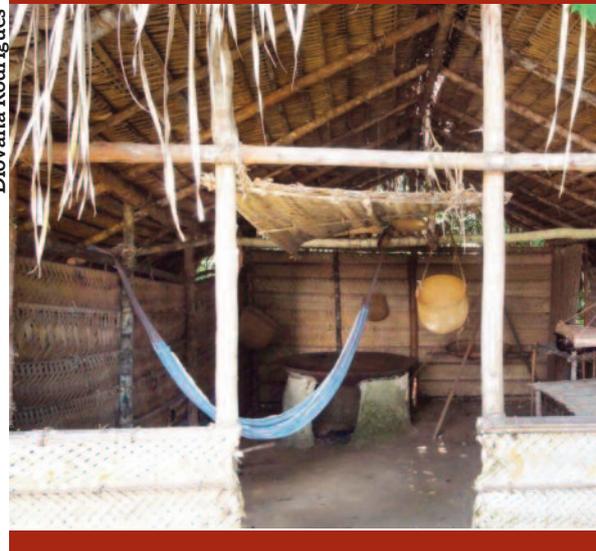
Os programas sociais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, foram criados com o objetivo de ajudar financeiramente as comunidades indígenas.

No entanto, a realidade é outra, como critica Schwade: “Muitos indígenas aceitam participar de programas sociais também como uma forma de se relacionar com o resto da sociedade, mas, muitas vezes, surgem mais problemas do que soluções, pois (boa parte) não sabe como aplicar melhorias de forma positiva na sua comunidade”.

“Podemos estar endinheirados, mas também cada vez mais miseráveis. Suprir nossas necessidades básicas enquanto humanidade está difícil”

Maurício Adu Schwade

Diovana Rodrigues





MIRANDO NO ALVO

Atletas indígenas do tiro com arco do Amazonas ganham destaque mundial

POR ANDRÉIA CARVALHO, FABIAN OLIVEIRA, VICTORIA CAVALCANTE E ROBERTA RARISSA

Concentração e calma para preparar o arco e acertar o alvo, e ao mesmo ter que lidar com a pressão de participar de uma competição. Estas situações são rotina para os atletas do Tiro com Arco do Amazonas, que treinam de forma intensa na Vila Olímpica de Manaus e que são apoiados pelo projeto “Arquearia Indígena” da Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

Uma das atletas que fazem parte do Projeto é Yaci Karapãna, ou Graziela Paulino, de 23 anos, que em maio deste ano, foi classificada em 1º lugar para o Pan-Americano de Lima no tiro com arco. Para ela, um dos grandes desafios além da rotina de treino é o tempo fora de casa: “O desafio muito grande está sendo ficar longe de casa esse ano. Fiquei três meses longe da família e agora vou ficar mais quase dois meses. O outro desafio é lidar com o treino diário porque ficamos cansados, às vezes estressados, mas depois superamos. Eu nunca desisto de tentar tudo de novo para conseguir meus objetivos. Creio

que esses são meus maiores desafios: ficar bem comigo mesma e controlar a saudade de casa.

Graziela conheceu o esporte em 2014, através de uma seletiva realizada no lugar onde vivia, a aldeia Kuanã que significa Guerreiro Encantado. A seletiva fazia parte do projeto Arquearia indígena da Fundação Amazonas Sustentável, criado pelo superintendente da instituição, Virgílio Viana. Entre as conquistas da amazonense, estão 10 dez medalhas em campeonatos nacionais e mundiais, como os dois ouros trazidos do Campeonato Sul Americano de 2018, na Bolívia, e a prata do Grand Prix do México, este ano. Além de classificada para o Pan, Graziela disputará o campeonato mundial na Holanda, neste mês de junho.

Para o treinador Aníbal Forte, Graziela é uma atleta dedicada: “A Graziela é uma atleta muito esforçada e comprometida com o esporte, estamos torcendo para ela trazer bons resultados nessas competições”. Graziela é a única menina que faz parte do projeto

atualmente, mas acredita que sua atuação incentiva outras meninas indígenas a se interessarem pelo esporte: “No começo, as meninas ficaram um pouco retraídas para não participar. Não sei, talvez os pais não apoiaram. Mas agora, sempre que minha mãe conversa com outras meninas lá, ela fala que as garotas estão bem mais interessadas do que naquela época para participarem do esporte, fazerem o arco e flecha por lá. Assim, teve muito mais procura. Elas começaram a ir nos jogos interculturais indígenas que eles fazem para poder atirar. Creio que quando forem buscar novos atletas, com certeza terá mais meninas interessadas”.

Outro atleta fruto do projeto é Drean Braga (Iagoara, em kambeba), que também tem uma rotina intensa de estudo e treino: “Estamos evoluindo bastante e hoje em dia nosso foco é um só: treinar, descanso, descanso e treino” Drean explicou que sua rotina é dividida entre os treinos diários, descanso e academia e que está trabalhando com foco nas Olimpíadas.

piadas de 2020.

O atleta destacou também o alto custo do equipamento, que importado chega a custar de 15 a 20 mil reais, o que traz uma dificuldade a mais para os atletas que optam por comprar equipamento próprio. Para Drean, a distância também é uma situação difícil, mas que é recompensada pelos resultados nas competições: “Voltei para casa e levei minha medalha (dos jogos Sul-americanos) para mostrar para o papai, para mamãe e vovó. Eles ficaram muito felizes. Fico muito tempo longe de casa, mas é por uma boa causa. E para eles é um orgulho eu estar nesse projeto e representar o Amazonas e o Brasil tão bem assim”, explicou Drean.

Esta dificuldade foi reiterada pelo treinador: Existe toda uma legislação para a compra desses equipamentos, existem poucos fornecedores no Brasil, o material como precisa de uma importação fica muito mais caro, apesar do apoio da SEJEL, ainda enfrentamos essas dificuldades, estamos nos adequando ao que é oferecido, mas isso está longe de ser o ideal, explicou Aníbal Forte. Para a Confederação brasileira de Tiro com Arco (CBTARCO), o equipamento de cada arqueiro tem características pessoais, portanto,

é de fundamental importância a compra correta de material, obedecendo a envergadura e força de cada atleta.

Uma outra questão diz respeito a infraestrutura necessária para os treinos. Os atletas têm disponível apenas o espaço da Vila Olímpica de Manaus, o que não é suficiente e nem sempre adequado. O treinador da equipe, Aníbal Forte, afirma: “A equipe não pode treinar se outros atletas estiverem usando o campo da Vila Olímpica por motivo de segurança, então isso dificulta na rotina dos treinos”. Isto motivou a atleta Graziela a mudança para Maricá, no Rio de Janeiro, onde as condições para o treino são mais favoráveis, a rotina é de oito horas de treino por dia, seis dias na semana e ela recebe o apoio técnico de treinador, fisioterapeuta e apoio psicológico da própria seleção brasileira. Todo esse empenho já mostra resultados positivos, com títulos importantes que a levaram ao nível internacional rapidamente - nesse ano ela disputou vaga para as Olimpíadas, mas infelizmente não obteve o resultado desejado, porém a atleta ainda é uma grande promessa para o Estado.

Um dos poucos incentivos existentes é a bolsa atleta, que é disponibilizada para atletas profis-

sionais, mas segundo Aníbal Forte, os atletas que fazem parte do projeto são amadores, eles não tem nenhum recurso financeiro de qualquer entidade, o que eles recebem é um recurso financeiro garantido pelo bolsa atleta, os atletas que se classificam nas três primeiras posições a nível nacional ou internacional, eles tem uma bolsa concedida pelo Ministério do Esporte. Para Maria Cordeiro, é importante que o Estado abrace de fato esta modalidade da arquearia, que o Estado dê condições e que outros jovens possam participar de seletivas futuras.

O PROJETO

O Projeto Arquearia Indígena foi criado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) em 2013, sendo aprovado na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438), e tem como objetivo contribuir para a popularização da arquearia e fortalecer a imagem e autoestima das populações indígenas da Amazônia. O projeto tem parceria do Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer do Amazonas (Sejel), a Federação Amazonense de Tiro com Arco (FATARCO) e apoio da Confederação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (COI-



Aníbal Forte é o responsável pelos treinamentos dos atletas

Além de Graziela, o projeto também apoia outros jovens em busca de uma chance para brilhar no esporte em competições nacionais e internacionais



PAM) e a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND). Conta com patrocínio das Lojas Bemol, Fogás e Val Group, além de apoio da Latam, Bradesco, Accor Hotéis Centro Educacional La Salle e Faculdade La Salle. O projeto apoiou de forma inédita a formação de atletas de alto rendimento e o fortalecimento da equipe brasileira de tiro ao arco para competições locais, nacionais e internacionais, incluindo a Olimpíada do Rio.

Segundo Maria Cordeiro, coordenadora atual do projeto, esta foi uma proposta que foi dialogada junto com o movimento indígena no Amazonas. As seletivas iniciais em 2013 foram acompanhadas pela Coordenação das Organizações Indígenas do estado do Amazonas – COIPAM e pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB. As primeiras seletivas envolveram mais de 300 atletas, entre meninos e meninas, de regiões diversas do Estado do Amazonas, como o Alto Rio Negro, Alto Solimões e a região no entorno de Manaus. Inicialmente, foram selecionados 20 atletas e neste ano de 2019, 4 atletas fazem parte do Projeto.

ARQUEARIA E A CULTURA INDÍGENA

A proximidade da prática esportiva com a cultura indígena deve ser levada em consideração. Entretanto, para a atleta Graziela, os esportes são bastante diferentes: “No arco e flecha não tem uma técnica específica que você tenha que seguir sempre. No tiro com arco tem uma técnica certa que começa desde os pés até o momento efetivo que a gente faz o tiro. É um movimento muito repetitivo, você tem que fazer sempre igual. O que facilitou foi que nós temos muita coordenação motora. Nós vivemos livres, correndo por aí, subindo em árvore, pulando na água...e essa coordenação ajuda muito na habilidade em seguir movimentos repetitivos”

Segundo Michele Heinen, uma promoção recente da CBTARCO refere-se ao “arco nativo”, que é uma modalidade desenvolvida no Brasil com a finalidade de valorizar as origens nacionais, pois consiste basicamente em um arco indígena. Com regras específicas, o arco nativo foi apresentado em Mato Grosso, de onde provém a maioria dos seus praticantes e, como

tal, já foi incluído no calendário anual da CBTARCO.

O primeiro Campeonato Brasileiro foi realizado em Contagem, Minas Gerais, em 1999, sendo disputado nas distâncias de 15, 20, 25 e 30 metros. Os arcos e flechas não podem conter material sintético, ou seja, têm de ser manufaturados exclusivamente com material natural. A CBTARCO entende que esta modalidade, por sua simplicidade, poderá dar um grande impulso na popularização do tiro com arco no Brasil.

Para Maria Cordeiro, coordenadora do Projeto Arquearia Indígena, as populações indígenas estão conseguindo se expressar através do esporte e por isso é importante nessas modalidades com populações indígenas o projeto não se afastar do movimento indígena, não se afastar dos povos indígenas, que precisam se enxergar neste esporte também. Porque através do esporte que os povos indígenas vão poder falar de si e defender as questões indígenas.

É de suma importância que iniciativas como essa possam ser incentivadas, valorizadas e conhecidas pela população em geral. Como cidadãos nativos desta terra, precisamos entender as questões culturais que nos cercam, bem como entender toda a dinâmica da população indígena nos dias de hoje. A luta por reconhecimento dos povos indígenas é de todos, mesmos aqueles que já não se afirmam como tal. Atletas como a Graziela e o Drean nos fazem lembrar que somos fortes e que podemos fazer tudo aquilo que queremos: basta apenas ter dedicação e esforço. São estes atletas que levam o nome do Estado para um reconhecimento nacional e internacional e isso precisa ser respeitado.

Drean Braga é outro destaque do projeto “Arquearia Indígena”





LAB F5

